

213

163



*Poder Judiciário*  
*Tribunal da Justiça do Pernambuco*  
*Gabinete do Desembargador Adalberto da Oliveira Melo*

Apelação Cível nº 129854-2- Carpina/PE  
Apelante: Jorge Mozart de Albuquerque e outros  
Apelado: Comissão de Inquérito Administrativo  
Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo  
Segunda Câmara Cível

5501

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO ABUSIVO PRATICADO PELA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA SEGURANÇA DENEGADA.

Os impetrantes não demonstraram a ofensa aos seus direitos líquidos e certos aptos a serem socorridos pela via mandamental. Não restou demonstrado nos autos qualquer ilegalidade imputável à Comissão de Inquérito.

O Tribunal de Contas, detém constitucionalmente o poder do controle externo das contas prestadas pelos administradores públicos, porém, nada foge ao Judiciário desde que verificada a ocorrência de lesão ou ameaça de direito, conforme expressa o art.5º da Carta Política.

**DECISÃO:** "POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI NEGADO PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

DATA DO JULGAMENTO: 21/12/2009.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 129854-2- Carpina/PE, Apelante Jorge Mozart de Albuquerque e outros e Apelado Comissão de Inquérito Administrativo, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de

214

164

Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, negar provimento ao Apelo, nos termos do voto do relator.

Recife, 23 de dezembro de 2009.

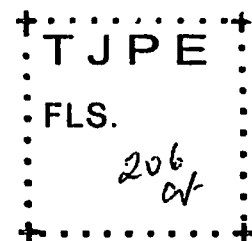
*Adalberto de Oliveira Melo*  
Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador relator.

A/jma.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO



APELAÇÃO CÍVEL Nº 0129854-2- CARPINA -PE  
APELANTE: JORGE MOZART DE ALBUQUERQUE E OUTROS  
ADVOGADO: PAULO DE LIRA SOUZA CAMPOS  
APELADO: COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO  
ADVOGADO: MÁRCIO JOSÉ ALVES DE SOUZA  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

RELATÓRIO

JORGE MOZART DE ALBUQUERQUE E OUTROS promoveu Mandado de Segurança contra ato administrativo praticado pela COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, na pessoa da Diretora Raquel Rufino do Nascimento.

Alegam, em síntese que são servidores públicos do Município de Carpina, concursados, conforme portaria nº 009/2002 e, que, com a nova gestão, vem sofrendo perseguições, tendo sido instalada uma comissão de inquérito administrativo, sob o pretexto de apurar possíveis irregularidades cometidas na realização do concurso público, realizada no município de Carpina no ano de 2001, na gestão passada. Informam que foram notificados para prestar interrogatório, já na condição de indiciados.

Aduzem ainda, que o concurso a que se submeteram só pode ser fiscalizado e julgado pelo Tribunal de Contas do Estado, como determina a Constituição Federal no art. 86, § 1º, inc. V.

Requerendo os Autores a concessão da medida liminar no sentido de suspender os trabalhos da comissão de inquérito.

O Juízo *a quo*, indeferiu o pedido de liminar por não ter os impetrantes demonstrado os requisitos do art. 7º, II da Lei nº 1.533/51, fs.14/16.

A Ré, ora Apelada, contestou a ação através da petição de fs.17/36, instruindo com documentos, fs. 38/117, arguindo preliminarmente a Litispêndencia, a ilegitimidade passiva *ad causam*, ausência de prova do ato da Autoridade Coatora, acourado de ilegal, no mérito seja denegada integralmente a segurança, condenando-se os impetrantes aos ônus da sucumbência.

TJPE  
FLS.  
207  
af.  
.....  
166

O Parecer do Ministério Público, fs. 124/127, é pelo indeferimento do presente *Writ*, uma vez que estão ausentes os pressupostos de liquidez e certeza do direito requerido.

Adveio sentença, fs. 129/138, denegando o presente mandamus, por entender que a impetrante não demonstrou a ofensa a direitos seus líquidos e certos e que não padece de ilegalidade a instauração e os trabalhos da Comissão Processante, a ser coibida por essa via. Extinguindo o processo sem resolução do mérito em relação ao impetrante Jorge Mozart de Albuquerque.

Irresignado os Autores interpuseram recurso de apelação através das razões de fs.140/145, requerendo o efeito suspensivo, em face do risco iminente de serem exonerados caso a Comissão conclua com os seus atos ilegais, bem como o provimento do recurso, reformando a decisão monocrática.

A Apelação foi recebida em ambos os efeitos, fs. 149.

O Réu/Apelado apresentou suas contra-razões, fs. 150/169, requerendo o improvimento do recurso.

O Parecer da Promotoria de Justiça, fs. 198, pugna pela subida dos autos ao Tribunal de Justiça e a Douta Procuradoria de Justiça.

É o Relatório.

Ao douto revisor.

Recife, 26 de outubro de 2009

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Adalberto de Oliveira Melo

Desembargador Relator.

A/a



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

215  
167

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0129854-2- CARPINA -PE  
APELANTE: JORGE MOZART DE ALBUQUERQUE E OUTROS  
ADVOGADO: PAULO DE LIRA SOUZA CAMPOS  
APELADO: COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO  
ADVOGADO: MÁRCIO JOSÉ ALVES DE SOUZA  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

VOTO

Averiguo, como não poderia deixar de ser, a inexistência, na espécie, do direito líquido e certo, apto a socorrer o pedido da Impetrante, pois o Mandado de Segurança, está situado, tão-só, ao aspecto instrumentário, a respeito do direito líquido e certo, em face da legalidade ou ilegalidade do ato da Autoridade.

Situa-se a *questio juris* em saber qual a natureza do ato abusivo praticado pela Comissão de Inquérito Administrativo, hipótese esta que desafia o cabimento da ação mandamental.

Compulsando-se os autos verifico várias ilegalidades, apontadas pelos Impetrados, as quais são por si só capazes de manchar de nulidade os atos que originaram os direitos perseguidos. Tendo ocorrido a adulteração de uma Lei até a aprovação de candidatos que nem sequer se submeteram às provas do certame. Verificada a ilegalidade dos atos administrativos, não há direito adquirido a ser reconhecido, podendo a administração anular os seus atos ilegais e impertinentes.

216  
168

A Alegação de que o juízo *a quo* valeu-se de documentos sem a devida autenticação para denegar a segurança, sendo induzido a erro pela comissão processante, que juntou aos autos cópias de documentos autenticados por ela própria, não merece prosperar, uma vez que pode como de fato fez, um servidor autenticar todas as cópias.

Nesse sentido tem entendido o STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUTENTICAÇÃO DAS PEÇAS FORMADORAS DO INSTRUMENTO DE AGRAVO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. DESNECESSIDADE. I - A Egrégia Primeira Turma, no julgamento do Agravo Regimental no AG nº 492.642/SP, Relatora Ministra DENISE ARRUDA, na sessão de 02/03/2004, consolidou o entendimento pela não exigência da autenticação das cópias, considerando que as peças integrantes do agravo, por serem extraídas do processo principal, já trazem consigo idoneidade, salvo haver impugnação específica sobre a veracidade das peças. II - A pessoa jurídica de direito público não está sujeita ao encargo de autenticar as cópias reprográficas de quaisquer documentos que apresente em juízo. Precedente: AGA nº 306821/SP, Rel Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ de 11/11/2002, p. 151. III - Agravo regimental improvido. (STJ, 1ª Turma, AgRg no AG nº 576.106/PR, Min. Francisco Falcão, DJ 27.09.04)

Por fim, não merece razão os impetrantes quando alegam que a ilegalidade ou não do concurso deve se submeter, só ao crivo do Tribunal de Contas do Estado, realmente este detém constitucionalmente o poder de controle externo das contas prestadas pelos administradores públicos. Porém nada foge do Judiciário desde que verificada a ocorrência de lesão ou ameaça a direito, conforme expressa o art 5º da Carta Política: A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, em resumo mesmo que o Tribunal de Contas do Estado entenda de uma forma, é totalmente aceitável que o Judiciário entenda contrariamente.

Com estas considerações, ausentes os pressupostos de litiqüidez e certeza do direito requerido, NEGOU PROVIMENTO ao apelo, mantendo na íntegra a sentença, no sentido de denegar a segurança pretendida.

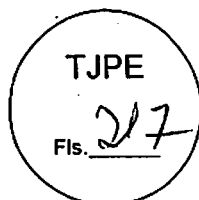
É como voto.

A/a

Alexandre de Oliveira Neto  
Reente



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



169

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 129854-2 - VARA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DE CARPINA

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTES: JORGE MOZART DE ALBUQUERQUE e MARIA DE FÁTIMA DA CONCEIÇÃO  
APELADA: COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DE  
CARPINA, representada pela Sra. Raquel Rufino (presidenta)

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de apelo interposto contra sentença (fls. 129/138) que denegou a segurança pleiteada no writ originário, diante da inexistência de provas de abuso praticado pelos membros da Comissão de Inquérito Administrativo instituída pelo Prefeito de Carpina para averiguar denúncias de irregularidades em concurso público promovido pelo gestor anterior do Município.

Além de assentar a ausência de prova de ilegalidade na atuação da Comissão, o i. togado monocrático fundamentou o *decisum* no princípio administrativo da autotutela, destacando que, "se a Administração pode anular seus atos, com mais razão pode instaurar inquérito ou processo administrativo para apuração dos mesmos fatos ilegais, numa clara demonstração de respeito ao princípio do contraditório" (fls. 133).

Nas razões recursais (fls. 140/145), os Apelantes alegam a falta de especificidade das Portarias autorizadoras da instauração do processo de investigação, o que teria impedido o pleno exercício do direito de defesa. Assim, pugnam pela reforma da sentença, para anulação dos atos praticados pela Comissão.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes*

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

170

Da leitura dos autos, verifico não assistir razão aos Impetrantes, aqui Apelantes, pois não ficou provada nos autos qualquer ilegalidade imputável à Comissão de Inquérito.

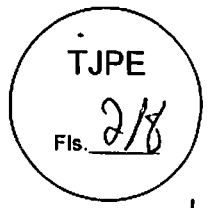
Ademais, a instauração do procedimento investigatório por ordem do Prefeito de Carpina estava embasada em denúncias formuladas pela Câmara de Vereadores e pelo Sindicato dos Servidores Públicos atuante naquele Município (fls. 42/43), as quais apontavam diversas irregularidades ocorridas no certame municipal realizado em 21.10.2001, tais como (i) vício na divulgação do edital, (ii) formação da Comissão de concurso apenas por servidores comissionados, (iii) aprovação de pessoas que não se submeteram às provas, (iv) aprovação de parentes dos membros da banca examinadora, etc.

Ora, havendo notícias fundadas de irregularidades em ato da Administração Municipal, incumbia ao chefe do Poder Executivo determinar a apuração dos fatos, através de comissão para esse fim instituída. Tal atribuição decorre do poder de autotutela de que goza a Administração Pública.

Noutro giro, mostra-se lícita a notificação dos candidatos aprovados no certame para prestarem esclarecimentos ou apresentarem manifestação escrita acerca das irregularidades denunciadas à Comissão. Isso porque, caso sejam comprovados os vícios apontados, poderá a Administração anular o concurso e os subsequentes atos de nomeação dos aprovados, decorrendo daí o dever de observar desde o início os princípios do contraditório e da ampla defesa.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



Acerca da legalidade da instauração de processo administrativo para apurar irregularidades cometidas em concurso público, bem como a respeito da necessária observância do contraditório, colaciono os seguintes julgados, *litteris*:

.....

MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - FRAUDE CONCURSO PÚBLICO - NULIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS - DEVER DE AUTOTUTELA - OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - DENEGACÃO DA SEGURANÇA. A Administração Pública pode anular seus atos administrativos em verificando a irregularidade na realização de concurso público, desde que o faça através de processo administrativo, com respeito aos princípios da ampla defesa e do contraditório, em observância ao artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República, baseada no poder-dever da autotutela. (TJMG - AC 1.0434.07.008220-2 - Rel. Des. Teresa Peixoto - julg. 26.03.09) (g.n.).

.....

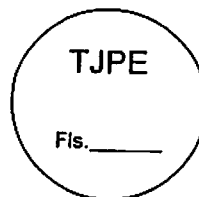
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE. RECONHECIMENTO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. Comprovadas irregularidades na realização de concurso público, em processo administrativo legitimamente instaurado e desenvolvido, no qual se assegurou aos interessados a mais ampla defesa, a anulação do certame com as conseqüentes exonerações dos servidores beneficiados se apresenta legítima. Rejeita-se a preliminar e nega-se provimento ao recurso. (TJMG - AC 1.0216.04.024248-1 - Rel. Des. Almeida Melo - julgado em 31.03.05) (g.n.).

.....

Na situação em tela, os Apelantes foram notificados para prestarem esclarecimentos acerca dos incidentes ocorridos no concurso (fls. 47 e 78), todavia, não compareceram nas datas agendadas, como informam as atas da Comissão (fls. 51 e 81).



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



272

Em seguida, foram citados para apresentarem defesa escrita (fls. 52 e 79), porém, apenas a segunda Apelante a ofertou e, ainda, intempestivamente. Assim, oferecidas defesas preliminares por defensor dativo, a Comissão elaborou os relatórios de cada processo administrativo, concluindo pela existência de graves irregularidades no concurso investigado e sugerindo a decretação de nulidade do ato de nomeação dos servidores aprovados, com consequente afastamento dos Apelantes.

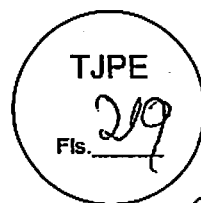
Com efeito, após análise dos autos, constatei ter sido observado o princípio do contraditório, inocorrendo cerceamento de defesa nos processos administrativos impugnados. Demais disso, a tese de suposta perseguição política praticada pelos membros da Comissão processante não encontra respaldo nos elementos probatórios constantes do feito, inexistindo prova pré-constituída idônea sequer ao manejo do *mandamus*.

De mais a mais, saliento que as conclusões da Comissão processante são apenas subsídios a serem avaliados pela autoridade administrativa competente [Prefeito Municipal], a quem incumbe decidir sobre eventual anulação do concurso público e dos atos administrativos sucessivos.

Nestas condições, tendo sido a Comissão de Inquérito regularmente constituída, e não ficando configurada qualquer ilegalidade praticada durante o seu funcionamento, afigura-se inviável a pretensão de impedir a continuidade dos trabalhos daquele órgão e de anular os atos já efetuados.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



De todo modo, considerando que o *mandamus* originário impugnou apenas a atuação da Comissão, não estão os Apelantes impedidos de ajuizarem ação própria em face de eventual ato do Prefeito de Carpina praticado com base nas informações e documentos reunidos nos processos administrativos.

Aliás, a questão da consistência jurídica das provas contidas nos processos administrativos instaurados contra os Apelantes deve ser analisada em Juízo apenas após a decisão da autoridade administrativa competente, sob pena de engessamento do poder de autotutela da Administração.

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, mantendo a sentença guerreada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 21.12.09

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor